

DESCONTINUIDADE DOS ESPAÇOS LIVRES NO CENTRO DE CAMPINAS-SP

Lucas de Souza Garcia¹

Ms. Alexandre Leitão Santos²

RESUMO

O centro de Campinas, cidade do interior paulista, foi cenário de intensas transformações urbanas e estruturou-se a partir de um tecido urbano caracterizado pela diversidade de temporalidades. Esta pesquisa identifica a consolidação morfológica do local com foco nos espaços livres. A metodologia baseia-se na utilização de referências bibliográficas e fontes documentais, com o objetivo de compreender como as transformações definiram o centro da cidade. Os resultados indicam aspectos históricos que evidenciam descontinuidades urbanas. A pesquisa fomenta a identificação da potencialidade de conectividade e ressignificação dos espaços livres.

Palavras-chave: Espaços Livres, Centralidade Urbana, Descontinuidade, Articulação Urbana.

ABSTRACT

Downtown Campinas, in countryside Sao Paulo, was a scenario of intense urban transformations and it is structured in an urban tissue characterized by its diversity of temporality. This research identifies the morphological consolidation of the local with focus on open spaces. The methodology is based on the use of bibliographical references and documentary sources in order to understand how transformations have defined the city center. The results obtained indicate historical aspects that vouch for the urban discontinuities. This research motivates to identify the connectivity potential and repurposing of the open spaces.

Keywords: Open Spaces, Urban Centrality, Discontinuity, Urban Articulation.

1 Introdução

O tempo e o espaço geográfico ocupam uma posição de destaque no discurso das transformações da cidade. O estudo urbano de uma cidade resulta no reconhecimento da formação e modificação do território através da ligação entre tempo e espaço. No curso da história há sempre uma composição de espaços criados pelo ser-humano, e de acordo com o desenvolvimento das dinâmicas sociais, as configurações espaciais se alteram. Conforme o conjunto de ideias expostas por Milton Santos (2006) e David Harvey (2002), as práticas sociais

¹ Graduado em Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário Adventista de São Paulo - Campus Engenheiro Coelho-SP, Brasil. E-mail: lucasgarcia.arq@gmail.com;

² Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Adventista de São Paulo - Campus Engenheiro Coelho-SP, Brasil. E-mail: alexandre.leitao.santos@gmail.com.

permeiam a relação espaço-tempo, que está atribuída à ideia de constante mudança. Ambos os autores, ao pensarem as transformações do espaço geográfico, demonstram a inevitabilidade de considerar o espaço como fato histórico.

A paisagem histórica das cidades revela como alteramos o espaço produzido de acordo com a nossa evolução no tempo. Com a finalidade de ler o espaço urbano, devem ser consideradas as diferentes temporalidades necessárias para o entendimento deste mesmo espaço. Portanto, a cidade não deve ser interpretada como uma realidade atribuída de homogeneidade. Ao longo dos processos de urbanização, devemos considerar a cidade como lugar de constantes modificações, resultando na heterogeneidade do espaço urbano, ou descontinuidades. No que diz respeito a esse processo, iremos dar relevância à cidade de Campinas, como território de intensas transformações espaciais. Seus planos de desenvolvimento urbano tiveram início com os projetos de saneamento do Eng. Saturnino de Brito e posteriormente, a cidade cafeeira deu início ao Plano de Melhoramento Urbano de Prestes Maia, que aplicou reformas intensas por meio do alargamento de ruas, demolições e embelezamentos, como justificativa a ascendência do transporte rodoviário e a ideia de circulação radiocêntrica. Desse processo restaram elementos históricos agora dispersos e desconexos. Atualmente, o centro de Campinas é caracterizado por marcas deixadas pelas transformações urbanas, revelando um tecido urbano descontínuo. A escolha deste local é resultado do reconhecimento de possíveis potencialidades, e portanto, tem como objetivo identificar o centro como resultado de contextos urbanos sobrepostos e resquícios de elementos historicamente descontínuos. Dentre os elementos históricos remanescentes, destacam-se nesta pesquisa³ os espaços livres do centro da cidade.

Com base nesta situação, algumas questões podem orientar essa discussão. Para isso, busca-se destacar as noções de espacialidade e temporalidade, como elemento de primordial importância para ponderar a construção dos espaços urbanos. Para que sejam compreendidas as temporalidades e descontinuidades do espaço, a identificação anteriormente mencionada é desenvolvida a partir de um olhar sobre os processos de transformação do local, utilizando referências e fatos históricos, com a intenção de traçar as modificações que contextualizaram o recorte urbano atual e compreender como estas rupturas definiram o centro da cidade.

Finaliza-se a discussão demonstrando a necessidade de levar em consideração a articulação entre o sistema de espaços livres do centro. Os espaços livres expressam a forma de

³ Artigo Científico que aborda o tema e problemática do Trabalho de Conclusão de Curso, exigido para a obtenção do grau de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Adventista de São Paulo - Campus Engenheiro Coelho.

urbanização produzida na cidade, e de acordo com Bittencourt (2002) o contexto atual do Centro campineiro não deve ignorar a articulação dos elementos históricos. A sobreposição de um contexto urbano histórico realça as principais questões que motivaram o estudo deste recorte e favorece a formulação de ideias sobre a integração dos espaços históricos. Reconhecendo uma ideia factível, a articulação e integração de espaços livres pode ser uma possibilidade de sintonizar os diferentes contextos histórico-urbanos e motivar a promoção e valorização social dos espaços.

2 O Espaço Geográfico

A construção desta pesquisa realiza-se ao redor do produto “espaço”, com motivação de explorar uma potencial problemática decorrente das novas dinâmicas do espaço sucedidas das transformações espaciais. Na presunção de um mundo feito de constantes mudanças, ao mesmo tempo em que somos transformados, essencialmente transforma-se o espaço em que atuamos, carregando as marcas históricas de suas transformações no decorrer do tempo. Logo, se o espaço se altera de acordo com o tempo, em cada período histórico ele será compreendido de forma diferente. Desta forma, é fundamental evidenciar, a princípio, uma análise recente do conceito de espaço geográfico e a dimensão da temporalidade. A brevidade de um artigo não permitirá a análise da perspectiva de diversos autores que já estudaram estas questões, portanto, a abordagem dar-se-á por meio de um referencial teórico delimitado para a discussão dos assuntos.

2.1 Conceituando o Espaço

Em virtude do que foi mencionado, acredita-se que as perspectivas de Milton Santos e David Harvey permitem delinear a questão e então auxiliar na compreensão das noções de espaço. Ao analisar as abordagens esquadrihadas no livro *A Natureza do Espaço*, é evidente o propósito de produção de um conjunto de ideias sobre o objeto da geografia, o espaço. Para Milton Santos (2006), o espaço é constituído pela totalidade de fixos e fluxos, isto é, um conjunto de objetos e ações que se manifestam com a intenção de construir e transformar o meio. As ações têm natureza subjetiva, e possuem intencionalidades sobre os objetos ou mesmo sobre as próprias ações. Os fixos (objetos) influenciam os fluxos (ações), e vice-versa, a soma e a interação de fixos e fluxos compreende o produto espaço. Os objetos e ações podem ser entendidos como as configurações espaciais e relações sociais, respectivamente. O espaço

geográfico é considerado, portanto, o meio de diálogo entre forma e conteúdo (SANTOS, 2006).

Diante do conjunto de ideias que foram mencionadas, observa-se que, no pensamento de Milton Santos, a natureza do espaço geográfico é a interação entre sociedade e o meio, conteúdo e forma. Essa dialética demonstra que o espaço pode ser considerado a partir de uma divisão de duas partes: é ao mesmo tempo materialidade e imaterialidade.

Essas perspectivas também são vistas nos estudos de David Harvey (2002), que entende o espaço como um conjunto de dinâmicas sociais e formas espaciais. Sendo assim, como Milton Santos, no pensamento do geógrafo David Harvey, o espaço é constituído pela materialidade das configurações espaciais e imaterialidade das relações sociais. Todavia, para o autor, o espaço deve ser considerado a partir de uma divisão de três partes: o espaço absoluto, o espaço relativo e o espaço relacional. O espaço absoluto é o espaço dos fixos, o espaço dos objetos ou espaço da materialidade. O espaço relativo é o espaço dos fluxos, espaço das ações e das relações sociais que se manifestam continuamente através dos objetos. O espaço relacional é o espaço sujeito aos eventos que ocorrem ao seu redor. Portanto, como no caso do espaço relativo, torna-se impossível entender o espaço independente do tempo (HARVEY, 2002).

Deste modo, a formulação do espaço não deve ser fundamentada em sua própria existência, pois está sujeito aos acontecimentos externos. Assim, essa ideação confere ao espaço um sentido que vai além da espacialidade material, mas pressupõe o fator temporalidade. Esse fator também é evidente nas considerações de Santos (2006), já que as intencionalidades tendem a influenciar as mudanças espaciais diacronicamente, transformando objetos e ações.

2.2 Espacialidades e Temporalidades

O espaço geográfico corresponde ao espaço produzido e modificado pela prática humana e pode ser percebido como cenário das relações sociais. O conjunto de práticas realizadas pelas relações sociais suscita a modificação constante do espaço geográfico. Se o espaço é produto das relações sociais ao longo do tempo, ele não é algo estagnado, pois está em constante alteração. Levando em consideração a conceituação do espaço, se este é também compreendido pelas ações que ocorrem ao seu redor é impossível descartar o fator temporalidade na sua concepção. Segundo Santos (2006, pág. 93), “se considerarmos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo”. Os eventos podem ser compreendidos como frações do tempo, portadoras de ações, momentos. Assim, os eventos transformam os objetos e confere ao

espaço novas características ou novos significados. Na compreensão que os eventos envolvem ações, não há evento sem o envolvimento de um sujeito. A sociedade tem uma influência direta nos processos de construção e modificação do espaço.

O produto espaço é inseparável do fator temporalidade, uma vez que ele demonstra o encontro entre passado e futuro, de acordo com o desenvolvimento das dinâmicas sociais dentro das configurações espaciais. De acordo com Santos (2006), quando novos eventos ocorrem, eles encontram no espaço formas às quais devem se adaptar e se estabelecer. Desse modo, o espaço é cenário da realização de novos modos de produção e novos objetos. O espaço deve então ser interpretado como fato histórico, para compreensão da realidade espacial e das transformações ocorridas através do tempo. A cidade é portadora de espaços com tempos históricos diferentes, que se organizam em uma nova dinâmica espacial. Esses espaços têm a tendência de assumirem novas relações espaciais ou funções. Milton Santos aponta a existência de uma conjunção de elementos de datação diferentes dentro de um sistema, geralmente impostas como efeito do desenvolvimento de novas ações. Esses elementos historicamente diferentes, em geral, combinam ou conflitam entre si, destacando-se a falta de sincronicidade entre os elementos (SANTOS, 2006).

Na leitura da cidade, não devem ser desconsideradas as diferentes temporalidades existentes entre eles, nem tampouco os objetos devem ser considerados como simples formas sem conteúdo. Nessa leitura é necessário levar em consideração, então, as premissas que o fundamentam: as dinâmicas espaciais e sua condição temporal. Encontramos na cidade diferentes camadas temporais, e isso é resultado de novas composições do espaço e conseqüentemente novas funções. Lefebvre (2000), aponta uma definição da cidade como sendo uma projeção do social no espaço, o que implica na necessidade da definição ser baseada na pluralidade de tempos.

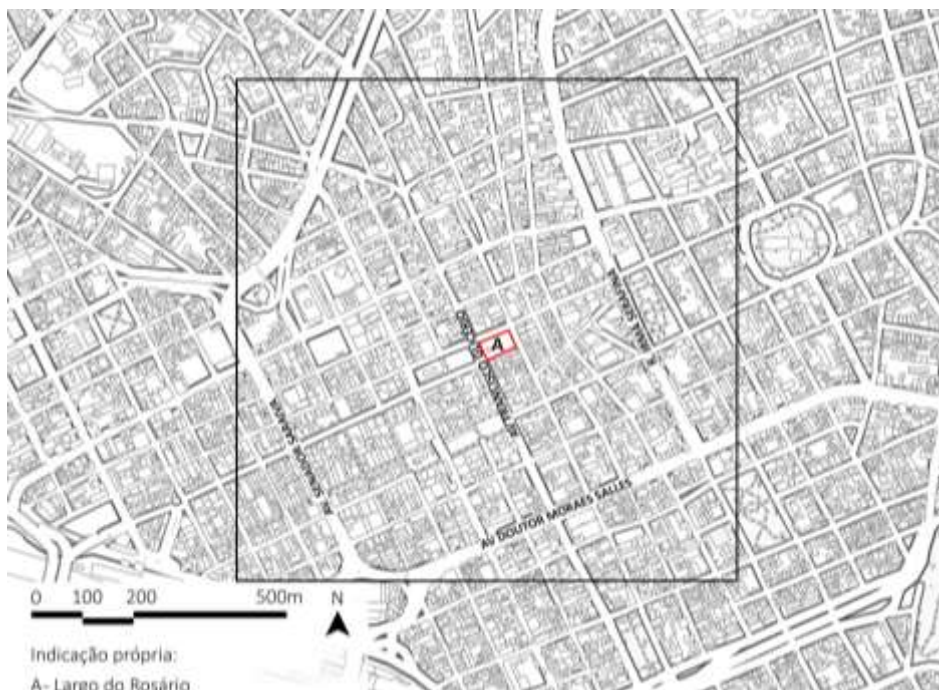
Deste modo, as premissas anteriormente mencionadas podem contextualizar, ao longo do tempo, cidades marcadas por descontinuidades: transformações frequentes no espaço urbano; uma interrupção ou variação, com relação às dinâmicas urbanas estabelecidas numa determinada época; uma multiplicidade de elementos heterogêneos no tecido urbano. A cidade mostra-se descontínua, na medida em que é caracterizada pela diversidade de temporalidades.

3 O centro de Campinas

Nesta pesquisa destaca-se a cidade de Campinas pelas intensas transformações espaciais e temporalidades que caracterizam sua situação morfológica atual. Campinas, cidade do interior

paulista, localiza-se na microrregião e mesorregião de mesmo nome. Apresenta uma população aproximada de 1,1 milhão de habitantes e área territorial aproximada de 794 km² (setecentos e noventa e quatro quilômetros quadrados), conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (censo de 2010)⁴. A área de investigação foi delimitada com raio de ação de 500 m (quinhentos metros) a partir do Largo do Rosário (figura 1).

Figura 1: Recorte de estudo no Centro de Campinas.



Fonte: Elaboração própria sobre mapa base do sistema de informações geográficas ArcGIS. Acesso em 27 de maio de 2019.

A escolha deste local é resultante de várias impressões a seu respeito, desde a identificação de possíveis potencialidades, até a percepção direta do local. O recorte apresenta área aproximada de 1 km² (um quilômetro quadrado), e os espaços livres estão inseridos em malha urbana consolidada, de área central. A análise se faz através desse recorte, compreendido na Área Central de Campinas, a título de evidenciar as transformações ocorridas no centro de Campinas, com destaque nas áreas livres (neste caso, praças e largos).

3.1 O sistema de espaços livres na evolução urbana de Campinas

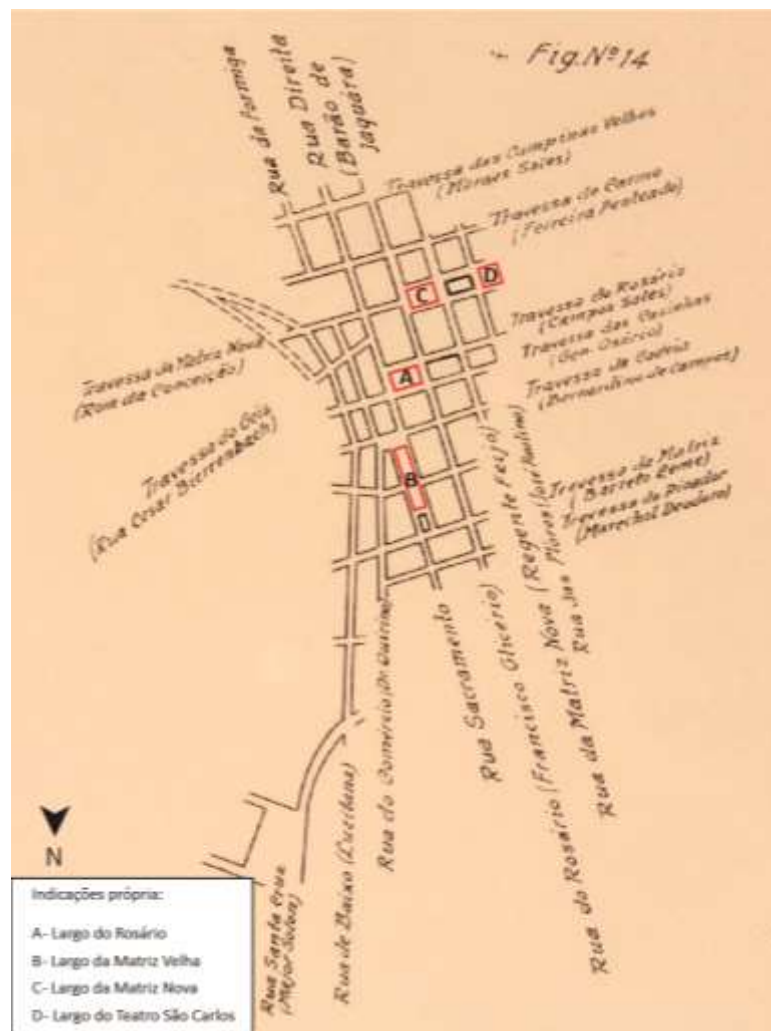
Regressando na história, a crise da mineração que decorreu nas principais cidades

⁴ Fonte IBGE - Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campinas/panorama>.

mineiras do país no século XVIII levou os moradores do estado de São Paulo a evitarem a exploração de jazidas de ouro no estado de Minas Gerais e, desse modo, surgiu a necessidade de encontrarem esse mineral em outras localidades. As novas jazidas foram encontradas no estado de Goiás, que serviram como alternativa às jazidas de ouro mineiras. Surge a partir desse contexto o Caminho dos Guaianases, estrada que ligava São Paulo à Goiás. Em meio ao caminho, em territórios da Vila de Jundiaí, o território de Campinas tornava-se uma oportunidade de descanso e alimentos verdes, condições que justificaram a criação de um pouso e a formação do bairro rural em 1745, dependente da Vila de Jundiaí, denominado de Bairro do Mato Grosso de Campinas. Em 1773, logo após os moradores conseguirem licença para a construção de uma Igreja, Francisco Barreto Leme foi nomeado diretor e fundador da sesmaria, reconhecendo o dever de incentivar e definir a urbanização do bairro. Doou parte de suas terras localizadas onde já havia sido construída uma capela provisória e demarcada a área da construção da Igreja Matriz. Esta área tornou-se posteriormente a zona central da cidade, onde foram realizados os primeiros arruamentos (BADARÓ, 1987).

Em 1774, o bairro rural foi promovido a freguesia, denominada como Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso. Posteriormente em 1797, com o aumento ocupacional a freguesia se tornou autônoma da vila Jundiaí e foi elevada à categoria de Vila, conhecida como Vila de São Carlos. Com a construção da Matriz Nova, da Igreja do Rosário, e o início das obras do Teatro São Carlos, a Travessa da Matriz Nova (atual Rua Barão de Jaguará) tornara-se um eixo importante para o estabelecimento dos comércios e serviços, contribuindo para a definição do núcleo central da vila, como pode ser visto na figura 2. Quarenta e cinco anos depois, em 1842, a vila foi promovida à categoria de município, reavendo a denominação de Campinas, sem explicações conhecidas (BADARÓ, 1987). Neste mesmo ano, o local, dentro do recorte estabelecido na figura, apresentava três espaços livres importantes: o Largo da Matriz Velha (provisória); o Largo do Rosário; o Largo da Matriz da Nova; o Largo do Teatro São Carlos.

Figura 2: Planta de Campinas em 1842, com marcação dos espaços livres.

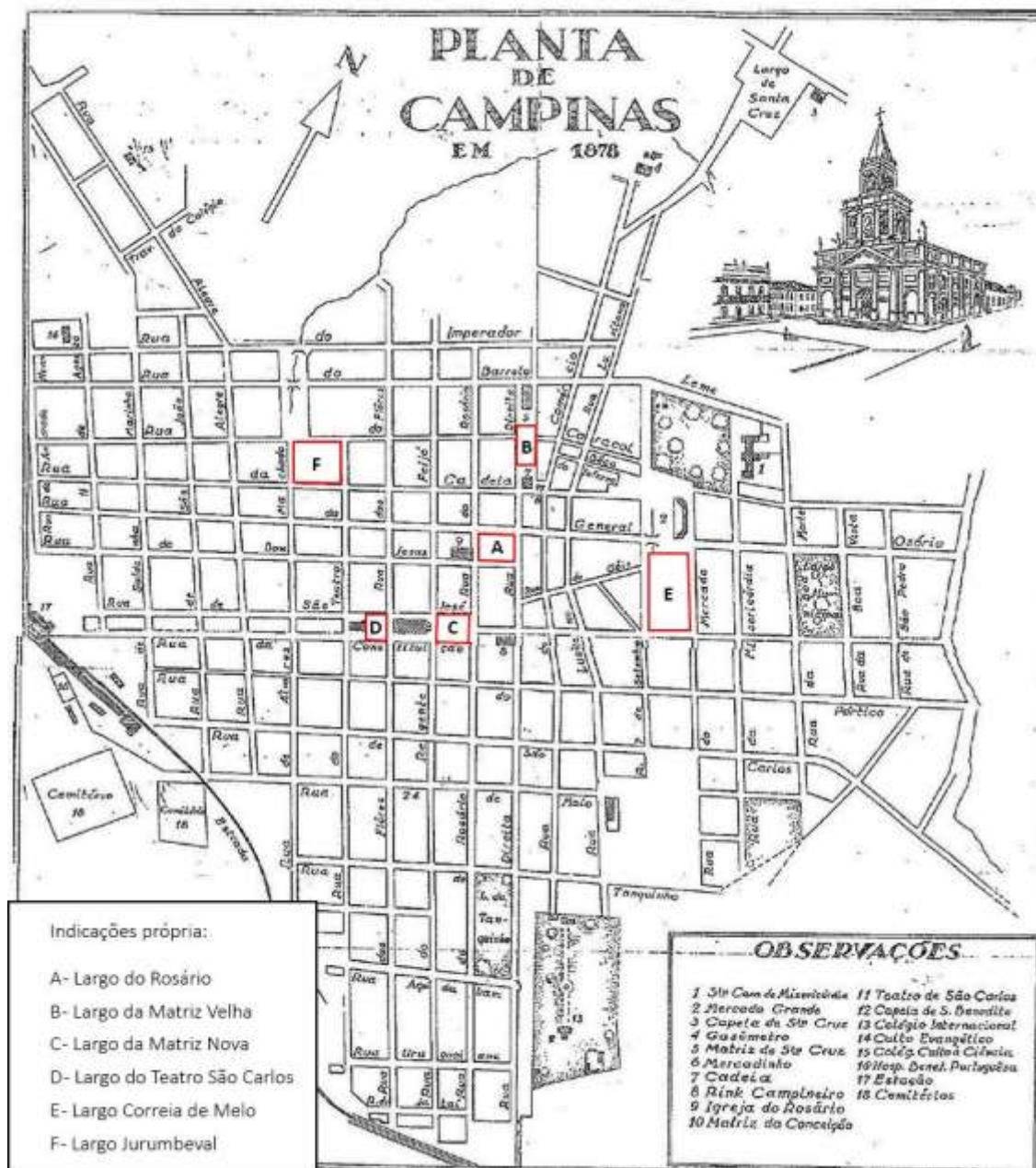


Fonte: Elaboração própria sobre imagem de PUPO, 1969, p. 114.⁵

Nos recortes da Vila de São Carlos estava a cidade imperial, caracterizada pelo traçado geométrico e pelas epidemias da febre amarela. Neste contexto, realizaram-se as obras sanitárias do Eng. Saturnino de Brito (1896-1897), com o objetivo de diminuir o desenvolvimento de epidemias que assolavam o meio urbano. Foram realizadas a retificação, drenagem e embelezamento dos córregos Tanquinho e Anchieta (hoje sepultados sob o concreto), a ocupação de vazios urbanos insalubres, o recuo das ruas, e os afastamentos entre edificações, principais vetores para o desenvolvimento das epidemias. Sua urbanização desprende-se do modelo imperial seguido, conquanto, poucas modificações ocorreram no centro histórico da cidade (BITTENCOURT, 2002). No ano de 1879, o recorte aqui estabelecido, apresentava a existência de novas áreas livres (figura 3): o Largo Correia de Melo e o Largo Jurumbeval.

⁵ PUPO, Celso Maria de Mello. Campinas, seu berço e juventude. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969. (Publicações da Academia Campinense de Letras, v. 20).

Figura 3: Planta de Campinas em 1878, com marcação dos espaços livres.



Fonte: Elaboração própria sobre imagem da Prefeitura Municipal de Campinas. Acervo do Arquivo Municipal.

Em 1900, pode-se notar que os espaços livres dentro do recorte (figura 4), sofrem poucas modificações, destacando-se: o Largo Jurumbeval, referente a ocupação de parte do largo onde é instaurada a Escola Corrêa de Mello; a criação de dois espaços livres, na área correspondente à nascente do córrego do Tanquinho, retificado. É possível notar a expansão da malha urbana e a criação de outros espaços para além do recorte estudado.

Figura 4: Planta de Campinas em 1900, com marcação dos espaços livres.



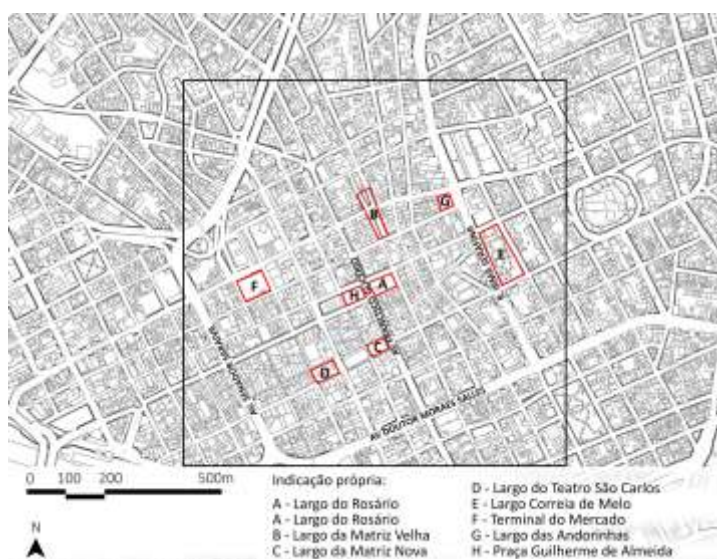
Fonte: Elaboração própria sobre imagem do Acervo do Museu Paulista da USP.

Depois do plano de Saturnino de Brito, apoiado nos ideais sanitaristas e funcionalistas, surge o Plano de Melhoramentos Urbano ou Plano de Avenidas de Prestes Maia (1934-1960), na tentativa de introduzir o urbanismo das Cidades-Jardim no centro histórico da cidade. O plano tinha como propósito reduzir o centro como um território de conexões entre localidades afastadas, abrindo ruas e avenidas e definindo-o pela circulação dos novos meios de transporte, verticalização e adensamento de áreas antigas (BITTENCOURT, 2002).

No Plano de Melhoramento Urbano, a Igreja do Rosário (atual Praça Guilherme de Almeida) seria demolida para se transformar em uma praça cívica, devido à sua localização

privilegiada em relação às avenidas. A ideia da reconstrução da Igreja não seria compatível com o plano, pois os valores religiosos seriam irrelevantes à uma praça cívica, e neste caso, surgiu a proposta de construção do Fórum (LIMA, 2002). Atualmente é possível identificar outras transformações destes espaços (figura 5): a praça Guilherme de Almeida; a demolição da Escola Corrêa de Mello e a atual ocupação do espaço pelo Terminal do Mercado; a inexistência do Teatro Municipal, restando da estrutura, apenas o Largo do Teatro (atual Praça Rui Barbosa); o surgimento do Largo das Andorinhas com o fim do mercado de hortaliças. A partir de oito espaços livres identificados, a leitura geral indica que o construído domina sobre o vazio, equivalente a 5% (cinco por cento) da área total do recorte.

Figura 5: Recorte de estudo no Centro de Campinas.



Fonte: Elaboração própria sobre mapa base do sistema de informações geográficas ArcGIS. Acesso em 27 de maio de 2019.

3.2 Aspectos estruturais do centro de Campinas

Com o propósito de otimizar o centro em quesitos de ocupação e funcionalidade, a cidade presenciou a demolição de grande parte de seus edifícios históricos. Destas obras urbanas restaram traçados de ruas, largos, praças e edifícios públicos e privados, de caráter disperso, marcando áreas importantes do centro urbano. A cidade é caracterizada pelo alargamento das avenidas, verticalização em áreas coloniais e demonstram as reais intenções dos planos urbanísticos em conjunto às políticas públicas: ajustar-se de acordo com os negócios do espaço urbano. O Plano de Melhoramentos Urbano de Prestes Maia foi fechamento de um ciclo de rupturas que marcaram o traçado da cidade. Posteriormente, no início do século XXI,

o núcleo central da cidade tornou-se um território marcado pela sobreposição de edifícios, ruas, usos e ocupações, com seu centro histórico sufocado sob os entulhos do império (BITTENCOURT, 2002).

Desta forma, tornava-se necessário preservar a área, e salvaguardar seus patrimônios culturais, e em 1991 dá-se início uma preocupação com as impressões urbanas geradas por esse processo, por meio de instrumentos de política urbana. Neste ano, foi aprovada a Lei Complementar nº 02, que instituiu o Plano Diretor do Município de Campinas. O plano pretendeu estabelecer a promoção do ambiente cultural do município, o que abrange a área em questão (CAMPINAS, 1991).

Em 1996, com a aprovação da Lei Complementar nº. 04, surge um novo Plano Diretor, preocupado com a estruturação territorial da cidade. Deste modo, o novo plano propôs um macrozoneamento para o território do município. A área analisada neste estudo, se encontrava na Macrozona 4 – Área de Urbanização Consolidada (área central, de urbanização intensa). Dentre os objetivos ordenadores da Macrozona 4, pode-se destacar a promoção, preservação e o desenvolvimento do patrimônio natural e cultural (CAMPINAS, 1996).

Somente em 2018, com a aprovação da Lei Complementar nº 189 que instituiu o Plano Diretor Estratégico de Campinas, pode-se perceber uma preocupação direta com o patrimônio cultural do Centro. Foi então definida a Zona Especial de Preservação Cultural (ZEPEC), compreendida na Área de Planejamento e Gestão do Centro (APG-Centro). A ZEPEC é um instrumento de política urbana, que tem como objetivo identificar e promover os recortes territoriais e estruturas, à preservação, salvaguarda e valorização de bens, atividades culturais e o patrimônio imaterial (CAMPINAS, 2018).

A intenção de estabelecer as políticas patrimoniais da cidade, pode ser percebida nos planos diretores de 1991 e 1996. Estes instrumentos anteriores, possuíam uma conceituação mais abrangente, voltados na criação de políticas de reconhecimento e preservação dos bens em uma escala ampla. Com o estabelecimento da ZEPEC, nota-se, a atual intenção em atribuir instrumentos urbanísticos pontuais, que promovam a qualificação dos bens patrimoniais localizados no Centro. Porém, as diretrizes dessa nova política urbana podem apontar fragilidades ou negligências, no que diz respeito à situação de descontinuidade dos bens patrimoniais e históricos do centro. Sob este viés, dever-se-ia abrir outro campo de possibilidades: instrumentos que promovam a integração e articulação dos bens culturais; consideração de espaços ou estruturas que não são classificados como bens patrimoniais (tombados) ao perderem seu valor original, mas fazem parte da história de consolidação do centro (como exemplo o Largo Correa de Mello e o Largo do Teatro).

4 Considerações finais

A discussão entre espacialidades e temporalidades permite compreender a dinâmica da complexidade do sistema de objetos e ações que envolvem a cidade e seus elementos, possibilitando falar de elementos urbanos com formações historicamente diferentes. De um espaço dinamizado pelo contexto atual, podemos expor preocupações com as diferentes temporalidades e diferentes espacialidades. Nesta heterogeneidade está a leitura das transformações espaciais, descontinuidades, dos conflitos e das dispersões urbanas, a partir dessa complexidade que é a cidade. As modificações espaciais que a complementam, demonstram o modo como as cidades se organizam no tempo a partir de elementos fixos e dinâmicos. A relação entre forma-conteúdo produz resultados diferentes em momentos históricos consecutivos, acreditando-se que qualquer influência sobre o espaço urbano implica, ao longo da história, na produção e reprodução de descontinuidades.

Nestas considerações, associa-se o centro de Campinas. A leitura das consecutivas alterações urbanas do centro, permitem o entendimento da formação e situação morfológica atual. Fazendo jus aos dados expostos, pode-se dizer que a urbanização, ao longo do tempo, apresenta rupturas no espaço urbano, problematizando nesse tecido, descontinuidades. Atualmente, o centro de Campinas é caracterizado pelo conjunto de elementos históricos distribuídos pela Área Central da cidade, de forma dispersa e assíncrona, sendo considerada, portanto, a atual situação de descontinuidade e descaracterização de um centro histórico.

A pesquisa fomenta a identificação da potencialidade de conectividade e regeneração dos elementos históricos com foco nos espaços livres. Embora não seja a abordagem do estudo, a pesquisa demonstra a necessidade da elaboração de propostas ou estratégias de planejamento urbano que resgatem a articulação histórica entre os espaços livres. Na esfera do planejamento urbano, a utilização do termo “sistema” serve para denominar o conjunto de ações ou elementos, que se aplicam de modo organizado para atingir objetivos. Nas ideias a seguir, o conceito de rede é mais adequado do que o de sistema. Rede diz respeito à continuidade e articulação. Nesse caso, a ideia de uma integração de pontos distantes estaria associada à ideia de rede. Há uma ideia favorável, conduzida por condições objetivas, de que o sistema de áreas livres do centro histórico funcione como rede, posto que, são áreas descontínuas. Há também uma ideia favorável, conduzida por condições subjetivas, de articular os elementos históricos dentro do contexto atual. A ideia estaria associada à articulação do sistema de áreas livres com demais elementos ou planos urbanos, com o objetivo de requalificar socialmente estes espaços, através de usos compatíveis. Estas ações, anteriormente mencionadas, têm potencialidade de trazer à

tona a ressignificação de espaços essencialmente sociais. Levando-se em consideração este aspecto, fica subentendido o interesse demonstrado pela valorização destas ações sobre o que é interpretado como valor histórico-social.

REFERÊNCIAS

BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. **Plano de melhoramentos urbanos de campinas (1934-1962)**. Tese (Mestrado em Engenharia Urbana). Universidade de São Paulo, São Carlos, 1987.

BITTENCOURT, Luiz Cláudio. Campinas Centro Histórico: Rupturas e (Des) Continuidades. **Oculum Ensaios: Revista de arquitetura e urbanismo**. Campinas: n. 2, p. 130-139. 2002.

CAMPINAS. Lei Complementar nº. 002, de 26 de Julho de 1991, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Campinas. **Campinas: Diário Oficial do Município**. 1991.

CAMPINAS. Lei Complementar nº 004, de 17 de Janeiro de 1996, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Campinas. **Campinas: Diário Oficial do Município**. 1996.

CAMPINAS. Lei Complementar nº 189, de 08 de Janeiro de 2018, que dispõe sobre o Plano Diretor Estratégico do Município de Campinas. **Campinas: Diário Oficial do Município**. 2018.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **Revista GEOgraphia**. Rio de Janeiro: UFF, v. 14, n. 28, p. 8 - 39, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

LIMA, Siomara Barbosa Stroppa de. As áreas verdes no plano de melhoramentos de Campinas. **Oculum Ensaios: Revista de arquitetura e urbanismo**. Campinas: n. 2, p. 104-129. 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4º ed. São Paulo: EDUSP, 2006.